



Estudo do Perfil Socioeconômico e as dificuldades enfrentadas pelos alunos do curso de Licenciatura em Geografia de um Instituto Federal de Educação

Francilene Michele Pereira dos Santos¹

Resumo

O presente artigo propõe traçar o perfil socioeconômico dos estudantes oriundos de escola pública do curso de Licenciatura em Geografia de um Instituto Federal de Educação, secundariamente, identificar as dificuldades enfrentadas por estes estudantes, bem como os obstáculos de ingresso e permanência numa instituição de ensino superior pública para alunos de baixa renda. Para tanto delimitamos a amostra em uma turma do noturno e utilizamos o questionário como ferramenta da coleta de dados, a partir de uma abordagem qualitativa e quantitativa com a finalidade responder a inquietação proposta. A partir da análise dos dados foi possível inferir sobre essas dificuldades, constatando que os alunos apresentam dificuldade no processo ensino-aprendizagem, por tratar-se de alunos oriundos de escolas públicas, delimitando o perfil e abordando as questões da educação pregressa e atual destes, pobreza, desigualdade. compreendendo a percepção da existência da pobreza e da desigualdade social que é configurado como um processo naturalmente atrelado ao aprisionamento, numa lógica determinante e perversa do sujeito que é pobre, assim fica óbvio que o processo histórico social não é considerado como construtor de uma sociedade desigual.

Palavras-Chave: Pobreza, desigualdade social, geografia, processo histórico.

¹ Administradora e Graduada do curso de Licenciatura em Geografia. Email: francilenemichele@gmail.com



Este texto tem o objetivo de traçar um perfil socioeconômico dos estudantes do curso de Licenciatura em Geografia de um Instituto Federal de Educação, oriundos de escola pública, e, secundariamente, identificar as dificuldades de ingresso e permanência na instituição de ensino superior pública para alunos de baixa renda.

Ao longo da minha vida fui percebendo a dificuldade de ingresso de uma pessoa pobre numa graduação pública, sobretudo quando este aluno é vem do ensino público. Os cursos de graduação das universidades públicas chegavam a serem inacessíveis, embora, obviamente melhorou nos últimos anos, após implantação de políticas públicas de reparação racial, social e econômica.

Esses dados podem ser observados a partir das pesquisas oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que demonstram aumento do número de alunos de baixa renda no ensino superior. A proporção destes alunos continua desigual, contudo este aumento representa, segundo, ainda, o IBGE, que em 2004, 20% mais pobres representavam apenas 1,7% da rede pública universitária, sendo que em 2014, este número chegou a 7,2%, ou seja, um aumento significativo de 5,5%, mas este acréscimo de estudantes de baixa renda nas universidades públicas ainda não é um quantitativo satisfatório, afastando os candidatos que querem alcançar um curso de graduação pública.

O artigo é escrito por uma aluna que teve muita dificuldade em adentrar na universidade, que somente conseguiu ter acesso ao ensino superior aos vinte e seis anos de idade, dez anos depois de ter concluído o ensino médio, Uma vez que desde sempre esta possibilidade era tolhida, vista que era incentivada apenas a conclusão do ensino médio e depois o encaminhamento natural ao mercado de trabalho e para qualquer trabalho. A impossibilidade de adentrar num espaço universitário seja público ou privado era grande, mas a graduação pública era ainda mais distante, pela exigência dos vestibulares, que aliada as deficiências do processo de ensino-aprendizagem ofertado nas escolas publicas, que além da ausência de professores específicos para lecionarem disciplinas fundamentais, sofrem com a falta de estrutura e instrumentos para oferta de ensino de qualidade para os alunos, basta verificarmos os resultados divulgados no último Pisa Programa Internacional de Avaliação de Estudantes sobre a educação mundial, sob responsabilidade da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que aponta o baixo desempenho dos brasileiros, ou seja continuamos estagnados no que diz respeito ao fosso da desigualdade social que continua distanciando alunos ricos dos pobres.



Além disso, é importante ressaltar a existência de inconformidades no currículo escolar, inclusive na estrutura organizacional das unidades escolares disponíveis para a população de baixa renda, também faz-se necessário compreender que tal estrutura precisa existir para que seja melhorada de acordo com as propostas de formação, nessa direção, Arroyo (2011) defende o seguinte ponto:

Quando o currículo, os conteúdos, a sua transmissão e aprendizagem viram um território e um ritual sagrado, tudo fica intocável e inevitável. Até para os docentes. Não é possível a crítica, a desconstrução, o reordenamento. Os docentes são levados a incorporar uma postura de defensores intransigentes dos conteúdos e dos rituais de sua transmissão-apreensão, ainda que sua criatividade seja cerceada e ainda que milhões de percursos escolares sejam truncados (ARROYO, 2011, p. 46).

A fala do autor é compreensível, pois este mantém uma corrente de pensamento esperançosa no que tange a liberdade do ensinar e aprender, defende que a escola possa utilizar das questões e soluções criativas neste processo, porém este mesmo currículo é cobrado nas provas de vestibular e praticado nas escolas particulares, desta forma os assuntos serão cobrados para uma prova de ingresso numa universidade, seja ela pública ou não. Sem o direcionamento do currículo escolar utilizado adequadamente, é quase impossível um aluno se guiar por conta própria e encontrar o caminho da academia. Essa perceptível dificuldade de ingressar num curso superior não se dá por incapacidade cognitiva do indivíduo, mas pela vida pregressa, pela ausência de orientações específicas que lhe direcione em busca por oportunidade de acesso.

E assim a relação com a pobreza, educação e desigualdade social acontece, considerando que o indivíduo que não possui recursos financeiros para investir num ensino que contemple as necessidades das provas aplicadas nos vestibulares das faculdades públicas e/ou no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM perpetua-se o *status quo* da desigualdade social.

Desta forma, para compreender a estrutura do ensino brasileiro, é necessário falar sobre a forma de chegada desta educação no Brasil. Inicialmente, os índios foram educados pelos Jesuítas, mas com o objetivo de tê-los como parceria compulsória para desvendar o Brasil, mas é sabido que desde que a educação brasileira foi oficialmente implantada, sempre fora excludente para a maioria da população, considerando que a educação tinha o objetivo de atender os membros da Coroa Portuguesa, uma vez que esta população encontrava-se refugiada no Brasil, por causa da invasão comandada por Napoleão Bonaparte, desta forma era impossível continuar em Portugal e com a vinda desta população para o Brasil havia a necessidade de dar continuidade aos estudos iniciados no seu país de origem.



Deste modo sem a possibilidade de encaminhar este público para estudar na Europa, como solução houve a implantar do ensino no Brasil especificamente para a Corte. Sendo assim, houve a necessidade de educar as pessoas do reino advindas de Portugal e a única opção era seguir para terras brasileiras e criar uma estrutura de cunho educacional apenas para a corte portuguesa. Composta por alguns nobres e intelectuais, o ensino no Brasil foi inserido, porém tão somente para a corte. O que significou uma exclusão dos demais indivíduos existente na época composta por índios, negros e serviçais trazidas de Portugal.

Diante do cenário descrito acima, surge a origem de tamanha desigualdade instalada no país através do processo histórico estabelecido, surgindo assim os três assuntos que norteiam este artigo: a educação que não é suficientemente abrangente, a pobreza que é existente no Brasil desde os primórdios e o fosso da desigualdade social, que tem se ampliado com a retirada de direitos conquistados pelos cidadãos. Infelizmente, na contemporaneidade do século XXI, a pobreza ainda assola o Brasil, a despeito de este ser um país rico naturalmente, com grande número de intelectuais, artistas e com possibilidade de crescimento econômico diverso. No Brasil o ensino público apresenta grande sucateamento, demonstrando uma estrutura, que não contribui para proporcionar um ensino eficiente à população brasileira, que conduza o aluno ao acesso ao ensino público superior.

O campo da pesquisa, escolhido foi um instituto federal para ser o espaço do tema deste estudo culminando com a resposta a inquietação sobre o perfil socioeconômico, e quais as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos do curso de Licenciatura em Geografia do Instituto.

Podemos citar a relevância social do estudo, uma vez que, este pode contribuir para proposição reflexiva ante a realidade, capaz de estimular a unidade escolar em ampliar as políticas para os calouros, bem como para motivar o discente a buscar novas conquistas na assimilação dos conteúdos apresentados em sala de aula e assim ter uma formação mais completa e proveitosa.

Com o objetivo de fundamentar e esclarecer a escolha da temática do trabalho é importante relatar um breve histórico sobre os Institutos Federais de Educação que sofreram mudança de nomenclatura algumas vezes. Inicialmente em 1910, eram escolas de Artífices, ofertando cursos nas oficinas de alfaiataria, encadernação, ferraria, sapataria e marcenaria. Mais tarde, começaram a oferecer outros tipos de cursos, tais como: tipografia, pautação, encadernação e fototécnica, na seção de artes gráficas; oficinas de marcenaria, carpintaria e vimaria, na seção de trabalhos de madeira; oficinas de mecânica, fundição e serralheria, na seção de trabalhos de metais; e com as oficinas de sapataria, artes decorativas e alfaiataria.

Posteriormente, tronaram-se Escolas Técnicas, com o objetivo de organizar as escolas pertencentes ao âmbito federal, instituindo a partir daí, o ensino industrial, ou seja, a educação tecnicista que, embora tenha mudado de nome mais duas vezes, continuou com o estilo de ensino que oferecia também o terceiro grau, juntamente com os cursos técnicos e ensino médio.

Os institutos se modernizaram compreendendo que o público a partir do ano de 2003, apresentava outro perfil e que as demandas sociais eram diferenciadas. Esses novos alunos precisavam de ajuda para alimentação, para o transporte e outras questões sociais, portanto no que tange auxílio para o aluno carente, este é realizado através do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante – PAAE, que garante bolsas auxílio para atendimentos diversos, com a finalidade de manutenção do aluno, além disto, o programa é muito abrangente, pois oferta auxílio moradia, vestimenta, calçados, óculos, alimentação preparada, materiais escolares diversos, para aqueles que são desprovidos de recursos financeiros. Sem dúvida, esta ação, melhorou o sistema para quem tem dificuldades em frequentar o curso, ofertado presencial, minimizando um pouco, alguns impactos causados pela pobreza, enfrentadas cotidianamente por essas pessoas contribuindo para que o aluno permaneça no curso, diminuindo a evasão e favorecendo a inclusão.

Para McCowan (2005) é necessário defender garantias de equidade e oportunidades nas políticas de acesso ao ensino superior, pois a condição social do sujeito pobre, não deve implicar na promoção de espaços para este indivíduo. Desta forma, entende-se que a questão sócio econômica não pode ser a única opção de garantias de ingresso e permanência para a universidade.

A pobreza exige do pobre algumas habilidades e um traçado planejado para a continuação da vida acadêmica, pois o estudo tem preço elevado, uma vez que o trabalhador precisa se manter no emprego para pagar a universidade, assim, a situação de pobreza é marcada por carências diversas, em áreas de necessidades extremamente básicas, ou seja, a situação de pobreza se insurge para a população brasileira também na área da educação.

Para os autores como Crespo e Gurovitz (2002), a pobreza “é fome, é falta de abrigo, é estar doente e não poder ir ao médico, é não poder ir à escola e não saber ler, é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez... é falta de poder, falta de representação e liberdade”

Assim, entende-se como pobreza uma situação econômica e social, que configura carência total ou parcial para a satisfação das necessidades básicas, no entanto para Romão, não é algo fácil definir pobreza:

Ainda que houvesse um sistema teórico coerente subjacente ao conceito de pobreza, continuaria a persistir a questão da distinção prática entre o pobre e o não-pobre: qual seria o limiar de renda adequado a ser considerado se, por exemplo, a abordagem da renda

absoluta fosse o conceito pertinente; ou, então, que medida sumária a ser escolhida, se aceito o enfoque relativo da pobreza? Vários problemas de mensuração surgem num caso e noutro, não existindo consenso entre os estudiosos da pobreza quanto à linha "ótima" da pobreza num sentido preciso, ou a uma medida relativa "ótima" no sentido de que melhor refletisse a posição relativa dos pobres. (ROMÃO, 1982, p. 2).

Considerando os textos acima, para classificar um indivíduo como pobre, deve-se inicialmente analisar as conjunturas da vida deste, para que assim seja determinado se há um diálogo com a pobreza. Esta classificação não é difícil, ao listar alguns benefícios necessários à vivência básica do ser humano, basta identificar sobre o acesso aos recursos básicos, como alimentação, educação, moradia, água potável, esgotamento sanitário, trabalho digno, assistência médica, lazer, que fica claro em qual classificação social o indivíduo se encontra.

É preciso analisar as circunstâncias que levam o indivíduo a ser incluído na situação de pobreza. No caso do Brasil, por exemplo, desde a formação da população brasileira, há desnivelamento, sendo assim evidencia-se que o fenômeno da pobreza é um processo histórico engendrado pelas relações humana material, capitalista, econômica, para manutenção do capitalismo, base econômica, isto é, não um processo natural, significando dizer que não é culpa do pobre a sua condição.

Corroborando Maslow (1943), apresenta a teoria da pirâmide das necessidades, na qual este conceito escalona de que forma o sujeito atinge a satisfação pessoal e profissional. A teoria coloca em forma de pirâmide hierarquizada, Esta concepção é dividida em cinco níveis, na qual as necessidades básicas precisam ser alcançadas primeiramente e as demais na sequência, assim o sujeito que passa fome, por exemplo, raramente terá estímulo para estudar ou para trabalhar saindo da base da pirâmide.

Assim sendo não há por que acusar o pobre pelo fenômeno que assola sua vida, ou referir que é por falta de esforço, uma vez que é comprovado que nem todos conseguem superar a fome, a miséria, ou melhor, as faltas de itens básicos, para ir a busca de algo que o tire desta condição.

Os elementos citados para ter uma vida digna não são difíceis de enumerar, porém estes não podem ser classificados, a partir do senso comum, mas sim por uma série de parâmetros e critérios estabelecidos, que balizam esta classificação. As pessoas pobres têm dificuldades de alcançar níveis de qualidade de vida, chamada de pobreza relativa. Já a ausência de recursos, para satisfação de necessidades básicas, não importando a proporção (menos ou mais), que é chamada de pobreza absoluta, mencionada por Crespo e Gurovitz:

A pobreza relativa tem relação direta com a desigualdade na distribuição de renda. É explicitada segundo o padrão de vida vigente na sociedade que define como pobres as pessoas situadas na camada inferior da distribuição de renda, quando comparadas àquelas melhor posicionadas. O conceito de pobreza relativa é descrito como aquela situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder. Uma linha de pobreza relativa pode ser definida, por exemplo, calculando a renda per capita de parte da população. Essa conceituação, por outro lado, torna-se incompleta ao não deixar margem para uma noção de destituição absoluta, requisito básico para a conceituação de pobreza. (CRESPO E GUROVITZ, 2002, p.3).

Diante do cenário atual, é inquietante perceber que os discentes do curso superior em Licenciatura em Geografia, a maioria é de baixa renda e são auxiliados pelo Instituto, estes alunos frequentam a instituição regularmente, mas ainda assim, apresentam grandes dificuldades de assimilação dos conteúdos das disciplinas obrigatórias, para formação de novos professores que atuarão junto a comunidade escolar, após a finalização do curso.

Considerando a necessidade de delimitar a amostra, assim o total de alunos contou com um universo de 233 indivíduos no turno noturno. Devido a não completude de resposta de todos os alunos desta graduação, contado com a orientação técnica profissional matemática estatística, realizou-se um cálculo de amostragem e proporcionalidade para aferir a média de alunos oriundos de escolas públicas e de escolas particulares. Sendo que trinta e seis alunos responderam o questionário e 86,5%, o que significa 32 alunos estudantes de escolas públicas e 13,5%, cinco alunos de escolas particulares. Foi utilizada a proporção, dividindo 32 (total de alunos que são de escola pública) por 36 (total de alunos que responderam) e multiplicando pela quantidade total dos alunos de geografia, igualando o denominador que será o total geral de alunos, sendo assim:

Matematicamente explica-se: $32/36 = X/233 = 32 \cdot 233 / 36 = 207,1$ (duzentos e sete alunos) alunos de escola pública, sendo que em porcentagem significa um montante de 88,88% de alunos no curso de Geografia, abrangendo um quantitativo de estudantes ingressantes que são de unidades mantidas pelo governo.

O recorte foi realizando apenas com a turma do quinto semestre do curso de Licenciatura em Geografia e utilizou-se a aplicação de dois questionários criados na ferramenta Google Documentos Formulários.

Preliminarmente foi importante distinguir e analisar a questão da aprendizagem dos alunos, bem como o aproveitamento destes nas disciplinas e possíveis índices de reprovação, evasão, permanência e desistência do curso pelas dificuldades apresentadas ao longo da caminhada de estudos. Diante deste cenário, inquietou perceber que o alunado, frequenta a escola regularmente,



mas ainda assim apresenta dificuldade de assimilação dos conteúdos mediados nas disciplinas presentes do curso e isso é demonstrado informalmente quando o aluno é reprovado. Para tanto há necessidade de verificar, se a questão é tão somente de aprendizagem ou se de fato a vida escolar deste aluno oriundo de escola pública, culmina com o baixo rendimento.

A pesquisa teve como principal inspiração o cotidiano nas salas de aula, onde percebe-se a dificuldade cotidiana de alguns alunos para dar conta de determinadas disciplinas. É importante reiterar que foram analisadas trinta e seis respostas.

Desta maneira, responderam aos questionários os alunos do quinto semestre do curso de geografia, que em sua maioria, estão no seu primeiro curso universitário e ingressaram através do Exame Nacional Do Ensino Médio - Enem do ano de 2015.

Estes alunos até agora cumpriram aproximadamente cinquenta por cento do curso, no entanto alguns alunos desistiram do curso, por não conseguir concluir a totalidade do primeiro semestre e ficaram impedidos de realizar o trancamento do curso, considerando exigência de cumprimento de cem por cento do primeiro semestre, com aproveitamento e aprovação em todas as matérias, ou seja, estes alunos que não conseguiram a aprovação, não tiveram direito de trancar o curso.

Mesmo conseguindo a aprovação nas disciplinas chamadas iniciais, os alunos citaram que tiveram dificuldade em finalizar o primeiro semestre, visto que não conseguiram atender a demanda e a complexidade das exigências da vida acadêmica.

A exclusão includente, se dá a partir do processo de exclusão educacional, mas colocando este sujeito nas unidades escolares recriando novas formas de exclusão dentro deste espaço, assim a inclusão se torna insuficiente e soma ao processo de isolamento e marginalização do sujeito, logo se é dada a sensação de direito, contudo o pobre só está ocupando um mero espaço físico, ou seja, a sensação de pertencer aquele espaço acadêmico inexistente, considerando a fala de Gentili, que diz:

A combinação de alguns fatores define aquilo que, em outros trabalhos, identificamos como um processo de escolarização marcado por uma dinâmica de exclusão includente; isto é, um processo mediante o qual os mecanismos de exclusão educacional se recriam e assumem novas fisionomias, no contexto de dinâmicas de inclusão e inserção institucional que acabam sendo insuficientes ou, em alguns casos, inócuas para reverter os processos de isolamento, marginalização e negação de direitos que estão envolvidos em todo processo de segregação social, dentro e fora das instituições educacionais (Gentili, 1998; Gentili & Alencar, 2001; Gentili, 2007).

O conceito de exclusão includente também demonstra a discriminação e a necessidade de criar verdadeiramente novos processos sociais de inclusão, isto é, a escola, a universidade não deve



inserir o sujeito apenas para que estes sejam bons números em pesquisas relacionadas ao ensino e aprendizagem, para que estes sejam apresentados como inclusão inverídica e propaganda governamental, mas dar ao sujeito o direito real de frequentar o espaço escolar com a sensação de pertencimento, oportunizando o conhecimento a partir de opções de estudo.

A educação é um direito de todos, contudo a exclusão deste direito não nega apenas aos sujeitos que estão fora da escola, os sujeitos que hoje frequentam o ambiente escolar, não importa o nível, não se sentem pertencente aquele espaço, logo assim o sistema educacional possui esta deficiência de inserir sem fazê-lo com qualidade e respeito a cognição do aluno. Embora o acesso a graduação não seja garantido ao pobre, este se tornou um pouco mais possível, no entanto a vida pregressa deste aluno não garante sua permanência, nem tampouco a conclusão dos estudos.

O processo de inclusão deveria ser naturalmente integral, independentemente das condições sociais do sujeito, mas historicamente essa inclusão se torna difícil, pois como pensado por Pablo Gentili:

O direito à educação torna-se assim a quimera de um sistema que consagra a distribuição desigual dos benefícios educacionais como o resultado natural de um mercado que premia e castiga os indivíduos em virtude de seus supostos méritos cognitivos e de suas vantagens econômicas herdadas ou adquiridas. Uma quimera que adquire o rosto de uma bela sereia ou de um monstro petulante, de acordo com o lugar a partir do qual tenhamos a sorte ou a desgraça de observá-la. (GENTILI 2009).

O sistema político de inclusão escolar sustenta um tratamento desigual, para quem é pobre, logo se perpetua um afastamento entre o sujeito e as unidades de ensino, colocando o este sistema difícil/inacessível para quem tem a condição social precarizada, asseverando ainda mais nos grupos negros, indígenas, que passam por discriminação e exclusão.

Para discutir o questionário, foi necessário trazer os resultados apresentados, uma vez que foi constatado que em sua maioria os alunos de geografia, são oriundos de escolas públicas, logo para compreender as dificuldades enfrentadas, as perguntas foram acerca das disciplinas de exatas, Geografia Física (que envolve cálculo e entendimento lógico-matemático), Português, que compõe obrigatoriamente a grade do primeiro semestre do curso.

É importante informar que o resultado dos percentuais das respostas do questionário aplicado, não foi surpresa, visto que a pesquisadora tem contato direto com os estudantes e nas conversas cotidianas, as dificuldades são faladas expressamente e sempre que existe oportunidade. As respostas foram analisadas num prazo estipulado de quinze dias, conforme abaixo:

1 – 96,2% escolas públicas;



- 2 – 76,9% são auxiliados pelo Programa de Auxílio Estudantil do IFBA;
- 3 – 69,2 já foram reprovados em alguma disciplina;
- 4 – 100% sentiu dificuldade de entrar num curso numa universidade pública;
- 5 – 100% sentiu dificuldade nas disciplinas do curso de geografia do IFBA;
- 6 – 73,1% não trabalham;
- 7 – 80,8% quer estudar para conseguir um bom emprego;
- 8 – 84,6% tem acesso regular à internet;
- 9 – 92,3% se consideram preto;
- 10 – 100% considera que demorou a entrar no ensino superior, depois de finalizar o ensino médio.

Estão claro nas respostas as reais dificuldades apresentadas nas dez perguntas. A partir do retorno dos alunos foi possível perceber que estes compreendem, mesmo que dentro do senso comum (que não desqualifica esta compreensão) o enfrentamento cotidiano, dentro das diversas realidades apresentadas, que são obviamente variam, mas são no geral são similares.

Em números, a questão um representa que vinte e cinco alunos são oriundos de escolas públicas. Já para o auxílio do Programa Estudantil, a turma possui vinte alunos participantes. Importante falar sobre a reprovação, pois é há de se compreender que o número é alto: dezoito alunos disseram que foram reprovados, e quanto ao ingresso, cem por cento, admitiram dificuldade para acessar o ensino superior, também a totalidade de atores na pesquisa, informaram ter dificuldades em disciplinas do curso. O trabalho é outro ponto do desenvolvimento desta pesquisa e assim, dezenove discentes apontaram laborar. Sobre o futuro, vinte e um almejam estudar para conseguir um bom emprego e sobre internet e acesso vinte e dois alunos responderam que têm acesso regular. Sobre a cor de pele, vinte e quatro alunos se consideram pretos e cem por cento considera que demorou um tempo considerável até entrar no ensino superior.

A pesquisa serviu para observar a vida estudantil do aluno que é intensa, principalmente para os alunos que possuem dupla (ou tripla) jornada, mas não pior de quem não tem jornadas intensas de trabalho, pois este também tem a preocupação da manutenção da sua própria subsistência, sendo assim o aluno que tem essas dificuldades é a parte frágil do sistema estudantil, pois nem sempre consegue esquecer-se das necessidades para se dedicar a rotina intensa de estudos.

Desta forma, é possível afirmar que os discentes do curso de licenciatura sofrem as agruras da pobreza e da desigualdade social e que isto reflete na educação escolar, toda essa conjuntura é difícil, pois eles estudam e precisam trabalhar para dar conta das questões financeiras envolvidas,



precisam ainda de auxílio para conseguir a permanência no ensino superior até a formação efetiva. Este ciclo de dificuldades não pode ser considerado normal, assim José Gimeno Sacristán afirma:

O mecanismo de normalização que define o êxito (para os que se incluem na norma) e a exclusão (para os que ficam fora da norma) se viu reforçado no momento em que a escolarização tornou-se realmente obrigatória para todos. Quando a escolarização universal não é real, a exclusão dos que não superaram a norma não é necessária, pois os candidatos à exclusão nem sequer comparecem às escolas. Quando a frequentam, mas permanecem nelas por pouco tempo e as abandonam, acontece à mesma coisa. Mas quando a obrigatoriedade torna-se efetiva, aparece à ideia de fracasso escolar como marca interna, tornando-se uma espécie de atipicidade que se transforma em uma forma de exclusão que afeta, agora, os que permanecem dentro das escolas. (GIMENO SACRISTÁN, 2001, p. 79)

Aplicamos dois questionários o primeiro mapeou a identidade e o perfil escolar do alunado, já a aplicação do segundo questionário possibilitou conhecer as principais dificuldades, bem como a problemática das reprovações do curso de geografia.

Importante ressaltar, que a forma de ensino apresentada na rede pública difere excessivamente da escola particular, sendo que o currículo de ambas as redes é estabelecido pelo Ministério da Educação, porém a escola pública sofre com a falta de professores e troca de um ou mais docentes durante o ano para reger as disciplinas, causando certa descontinuidade na metodologia de ensino, bem como no aprendizado do aluno.

Há de se saber que a questão do ensino de uma maneira geral não é facilitada para quem é pobre, sobretudo para quem é pobre e teve acesso a uma escola precária, porém o ingresso deste estudante é mais possível (não mais fácil) hoje, devido à quantidade de políticas que facilitam, contribuem, incluem para que este aluno curse o ensino superior, no entanto a partir do ensaio foi possível constatar que o ensino oferecido no início da vida escolar do aluno influi no resultado, no desenvolvimento, durante o curso superior, dificultando o aprendizado deste aluno e possibilitando a não continuidade foi possível comprovem a situação de desigualdade que certamente acontece em universidades públicas brasileiras, que apesar das ações afirmativas, incluem, mas de forma excludente, mesmo com todos os programas que auxiliam os estudantes, nem sempre estes conseguem alcançar ao alunado na sua completude, pois a verba federal tem limite de ajuda e existe um edital, que solicita documentação e entrevistas para comprovação da situação de carência iminente, com critérios rigorosos de seleção. É importante salientar que este programa tem amenizado o cenário das questões relacionadas à pobreza no âmbito escolar universitário, uma vez que os alunos sentem-se mais amparados nas questões relacionadas às suas necessidades.



REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CRESPO, Antonio Pedro Albernaz; Gurovitz, Elaine. **A Pobreza como um fenômeno multidimensional**, s/d, 2002.

GENTILI, P. A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

GENTILI, P. **Desencanto y utopía: la educación en el laberinto de los nuevos tiempos**. Rosario: Homo Sapiens, 2007.

GENTILI, P.; ALENCAR, C. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GIMENO SACRISTÁN, José. **A educação obrigatória: seu sentido educativo e social**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MASLOW, A. H. **Introdução à Psicologia do Ser**. 2.ed. Rio de Janeiro: Eldorado, s/d, 1943.

MCCOWAN, T. **O crescimento da educação superior privada no Brasil: implicações para as questões de equidade, qualidade e benefício público**. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, Rio de Janeiro, v. 13, n. 27, abr. 2005.

Portal Licenciatura em Geografia. Disponível em <<http://licenciaturageo.wixsite.com/licenciaturageoifba/historia>> Acesso em 05 de novembro de 2017.

Portal do Instituto Federal da Bahia. Disponível em <<http://portal.ifba.edu.br/menu-institucional/historico/memorial/historia-do-ifba>> Acesso em 02 de novembro de 2017.

Portal do Governo Federal. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/12/aceso-de-estudantes-pobres-a-universidade-publica-cresce-400-entre-2004-e-2013-diz-ibge>> Acesso em 29 de novembro de 2017.

ROMÃO, Maurício E.C. **Considerações sobre o conceito de pobreza**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, p. 355-370, Out./Dez. 1982.

Educação básica: Brasil continua abaixo da média da OCDE. Disponível em <https://revistaeducacao.com.br/2018/06/26/baixa-qualidade-do-ensino-afeta-productividade->. Acesso em 27 set 2020